AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX.

Fulana de tal, nacionalidade, nascida em XX/XX/XXXX, Fulana de tal, nacionalidade, nascida em XX/XX/XXXX, filhas de Pai de tal e Mãe de tal, menores impúberes, neste ato representadas por sua genitora, Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, cédula de identidade nº XXXXXX XXX/XX, inscrita no CPF sob nº XXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXX residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXXXXX, XXXXXX, e Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n. XXXXXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXXX, e-mail:XXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXX e XXXXXXXXX, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal - Núcleo de XXXXX, vêm, à presença de Vossa Excelência, pleitear a homologação do presente

ACORDO DE ALIMENTOS

Nos seguintes moldes:

I- DOS FATOS

As menores acima qualificadas são filhas de **Mãe de tal** e **Pai de tal**, conforme cópia da Certidão de nascimento anexa, advinda de um relacionamento do casal cuja duração aproximada foi de cinco anos.

Atualmente a guarda de fato da infante está sendo exercida por sua genitora, que a exerce desde o nascimento da menor.

As partes resolveram celebrar o presente acordo:

1.1 Da Fixação dos Alimentos

O 3º Requerente está obrigado judicialmente a prestar mensalmente alimentos para as Requeridas, por força da r. sentença, proferida nos autos de Alimentos, processo n. XXXXXXXXXX que tramitou na Xª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXXXXXXX, na proporção de XX % (XXXXX) dos seus rendimentos brutos, ou seja, XX% (XXXXXXX) para cada filha, valor que correspondia em média a R\$ XXXXX para as 2 (duas) filhas.

Acontece que em XX XXXXX de XXXX, o 3º Requerente perdeu seu vínculo empregatício, no qual trabalhava como vendedor de calçados e nesta função auferia renda de um salário mínimo mais comissão de XXX% (XXXXXX por cento) sobre as vendas, conforme documentos anexos, sendo que tal valor girava em torno de R\$ XXXXXX (XXXXX) por mês, sendo que desde então vem procurando emprego.

Como se vê Excelência, a situação financeira do 3º Requerente sofreu drástica alteração, sendo para sobreviver com ajuda financeira da mãe de sua companheira e tem realizado bicos com serviços de jardinagem, que quando muito lhe permitem auferir um ganho mensal em torno de R\$ XXXX (XXXXX).

Cumpre salientar que devido à perda de seu emprego, o 3º Requerente não conseguiu arrumar emprego, contudo até o presente momento sem sucesso. Desde então, o mesmo faz pagamento dos alimentos em mãos da mãe das menores.

Desta forma, com o valor supra é que o 3º Requerente tem que se manter, de modo que necessita que os alimentos para suas filhas sejam reduzidos, para que, também possa se sustentar, ou seja, se alimentar e se vestir e manter sua dignidade.

II- DOS PEDIDOS

do CPC;

Isto posto, requerem à Vossa Excelência:

- a) a concessão da justiça gratuita nos termos do art. 98,
 - c) a intervenção do Ministério Público;
- b) a homologação por sentença do presente Acordo nos termos ora acordados, para que surta seus efeitos legais e de direito.

Dá-se à causa o valor R\$ XXXXX

Nestes Termos Pede deferimento.

XXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

Fulano de tal Representante das menores

Fulano de tal

Fulano de tal Defensor Público do Distrito Federal